Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Defensor Público-Geral: Gério Patrocínio Soares

Expediente

ATO DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL EM EXERCÍCIO
ATO Nº 463/2020

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS em exercício, no uso da atribuição que lhe confere artigo 9º, inciso XII, c/c com o artigo 11, todos da Lei Complementar Estadual nº 65, de 16 de janeiro de 2005, nomeia, nos termos do art. 14, Inciso II, da Lei nº 869, de 05 de julho de 1952, c/c art. 19 da Lei nº 22.790, de 27 de dezembro de 2017 e Resolução nº 154/2020 de 08 de maio de 2020 e em observância à Lei Complementar Federal n. 173, de 27 de maio de 2020, ANA CAROLINA GONÇALVES PETRACCONI, para o cargo de provimento em comissão CAD-8, Código DP0806, de recrutamento amplo, desta Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em substituição, à servidora Thamires de Souza Furtado Leite, MASP 7.000.483-3, exonerada do referido cargo a partir de 24/11/2020, conforme ato nº 462/2020, publicado no MG de 24/11/2020.

24 1421863 - 1

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral : Cel PM Rodrigo Sousa Rodrigues

Expediente

EXTRATO DO ATO DE INSTAURAÇÃO

DA PORTARIA Nº 115.962/2020

ACUSADO: R.S.M.F.; MASP: 167.868-9; ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA
MEMBROS DA COMISSÃO: Nº 121.452-7, 2º TEN MARLEY FRANCISCO CHAGAS, Nº 124.300-5, SUB TEN, ROMEU FERNANDES, E Nº 126.964-6, 3º SGT PM LISANDRO TEIXEIRA SILVA.

UBERLÂNDIA, 24 DE NOVEMBRO DE 2020.
FLÁVIO UMBERTO SIMPLÍCIO DE LIRA, TEN CEL PM
CHEFE DO ESTADO-MAIOR/9ºRPM

24 1421478 - 1

SOLUÇÃO DE PAD

O Cel PM Comandante da 6ª RPM, no uso de suas atribuições legais, previstas nos arts.219 c/c 229, ambos da Lei 869/52 e art.19, III, da Resolução 4.289/2014-CG, considerando o que consta no PAD de Portaria 106.244/2020, conforme extrato publicado no Diário Oficial de 13/05/2020, aplica a penalidade de Repreensão, com fundamento no art.244, I, c/c art.99, III, ambos da Lei 869/52, à Assessora Jurídica DAD-4, Cristiane Maria da Cunha, n.132.404-5, lotada no EM-6RPM-Lavras/MG, tendo em vista o cometimento da transgressão do art.216, II e VII, da Lei 869/52 e art.6º, I e X, da Resolução 4.289/2014-CG.

24 1421444 - 1

ATOS DO CHEFE DO CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - Retifica o ato de CONCESSÃO DE FÉRIAS PREMIO, publicado no MG 58, de 29/03/1998 e transcrito no BGPM 73, de 25/09/2008; alusivos ao n 091.750 - 0, MARIA DO CARMO SOUZA CARVALHO:

Onde se Lê: 1º Lustrro a contar de 30/07/1995, MG nº 58, de 29/03/1998; 2º Lustrro a contar de 29/04/2000, BGPM 73, de 25/09/2008; 3º Lustrro a contar de 28/07/2005, BGPM 73, de 25/09/2008; Leia-se: 1º Lustrro a contar de 13/05/1992. 2º Lustrro a contar de 12/05/1997. 3º Lustrro a contar de 11/05/2002.

24 1421492 - 1

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR CORONEL
PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS:

no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo artigo 1º, inciso II, da Resolução n. 3.806, de 10/03/2005, avocada pelo artigo 1º, inciso III, do Decreto n. 36.885, de 23/05/1995 e considerando o previsto no artigo 7º alínea “c”, do inciso XVII, da Resolução n. 4.452, de 14/01/2016;

REFORMA POR INCAPACIDADE FÍSICA
DEFINITIVA E PLENAMENTE:

1- de conformidade com o art. 139 inciso II, alínea “c”, da Lei n. 5.301, de 16/10/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG) c/c o artigo 45, da Lei Delegada n. 37, de 13/01/1989 e artigo 69 da Resolução Conjunta n. 4.278, de 10/10/2013, resolve reformar por Incapacidade Física Definitiva e Plenamente os seguintes oficiais:

-n. 065.753-6, Major PM QOR Antônio Cerqueira de Carvalho, CPF n. 328.539.476-53, partir de 08/09/2020, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 111, de 08/09/2020;

-n. 053.812-4, 2º Tenente PM QOR Edson Donizeti Lima, CPF n. 272.052.316-04, partir de 13/07/2020, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 089, de 13/07/2020;

-n. 085.451-3, 2º Tenente PM QOR Wellington Luiz Correa, CPF n. 576.232.796-53, partir de 11/08/2020, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 112, de 11/08/2020;

-n. 092.483-7, 2º Tenente PM QOR Dejar Luiz Silva, CPF n. 576.140.596-20, partir de 23/07/2020, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 105, de 23/07/2020;

2- de conformidade com o artigo 140 inciso I, do EMEMG c/c o artigo 45, da Lei Delegada n. 37, de 13/01/1989, e artigo 69, da Resolução Conjunta n. 4.278, de 10/10/2013, resolve reformar por Incapacidade Física Definitiva e Plenamente os seguintes praças:

-n. 070.334-8, Subtenente PM QPR Marcos Antônio Moreira, CPF n. 573.417.537-49, a partir de 24/08/2020, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva

e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 120, de 24/08/2020;

-n. 097.636-5, Subtenente PM QPR Orbano Silveira dos Reis, CPF n. 491.295.976-68, a partir de 15/09/2020, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 118, de 15/09/2020;

-n. 111.799-3, 1º Sargento PM QPR Elton Gomes Novais Júnior, CPF n. 882.638.516-53, a partir de 15/06/2020, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 095, de 15/06/2020;

-n. 120.415-5, 1º Sargento PM QPR Kátia Cristina de Oliveira, CPF n. 032.058.896-30, a partir de 17/08/2020, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 113, de 17/08/2020;

-n. 064.087-0, 3º Sargento PM QPR Carlos Roberto Machado, CPF n. 333.973.256-68, a partir de 18/03/2020, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 097, de 18/03/2020;

-n. 086.446-2, 3º Sargento PM QPR Rogério Marcos da Silva, CPF n. 416.913.186-04, a partir de 18/06/2020, com os proventos integrais de seu posto, por ter sido submetido à inspeção de saúde pela Junta Central de Saúde da Corporação, sendo declarado Incapaz definitiva e plenamente para todos os serviços de natureza policial militar e atividades inerentes ao cargo ou função por estar acometido de moléstias não profissionais, não decorrentes de acidente de serviço, não alienantes e não invalidantes no estágio em que se encontra, podendo exercer atividades na vida civil, conforme Laudo de Reforma de Ata n. 060, de 18/06/2020;

24 1421516 - 1

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO ACUSADO REVEL

PMMG – 15ºRPM/19º BPM – O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD), constituída pela portaria nº 100.215/2020-PAD/SCPM/15ºRPM, publicada no BIR 04, de 10/01/2020, tendo em vista o que dispõe o art. 68 § 3º inc. I do CEDM c/c art. 336, inc. II do MAPPA, promove, pelo presente edital, a notificação do nº 073.144-8, Cb PM Jair Prates da Silva, residente e domiciliado onde consta em seus registros funcionais, na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, em endereço situado à Rua Arthur Atschim, 36, bairro Marajoara, mas atualmente em lugar incerto e não sabido, comprovado após diversas diligências realizadas, para no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data desta publicação, comparecer à sala da 74ª CIA PM, localizada na sede do 19º BPM, Rua Helmut Newman, nº 100, bairro São Jacinto – Teófilo Otoni/MG, a fim de acompanhar o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) a que responde e adotar as providências que entender cabíveis em sua defesa, sob pena de ocorrer os efeitos da revelia.

24 1421495 - 1

EXTRATO DE DESIGNAÇÃO DE PROFESSORES
DESIGNAÇÃO DE PROFESSORES Nº 02/2020-19º RPM. O CORONEL PM COMANDANTE DA DÉCIMA NONA REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos artigos 118 e 119 da Resolução nº 4.739 de 26/10/18, que aprovou as Diretrizes da Educação da Polícia Militar de Minas Gerais, e CONSIDERANDO: 1- a necessidade de compor o quadro de docentes do Curso de Formação de Soldados – CFSd-Interior/2020; 2- que para composição do quadro foram utilizados os docentes cadastrados, e credenciados; RESOLVE: designar os professores abaixo para a docência da (s) disciplina (s) do Curso de Formação de Soldados, CFSd-Interior/2020, a realizar-se na sede da 19ª RPM, nos anos de 2020/2021. Disciplina: Educação Física, Nº PM: 170.831-2, Nome: Emerson Rodrigues Pereira, Unidade: 19ª RPM/217ª Cia ET, Período contratual: 10/11/2020 à 31/03/2021; Disciplina: Redação Operacional, Nº PM: 179.945-1, Nome: Martina Agonde Rocha, Unidade: 19ª RPM/217ª Cia ET, Período contratual: 13/11/2020 à 06/07/2021; Disciplina: Direito Constitucional, Nº PM: 179.954-3, Nome: Tiago Taufer da Silva, Unidade: 19ª RPM/217ª Cia ET, Período Contratual: 19/11/2020 à 31/01/2021; 3. Publique-se, registre-se e cumpra-se. Sete Lagoas, 09 de novembro de 2020. Rodrigo Teixeira Coimbra, Coronel PM, Comandante da 19ª RPM.

24 1421857 - 1

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR
E ASSISTÊNCIA SOCIAL

COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR
DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 00988/20-SRH/CTPM

A Tenente Coronel PM Diretora Administrativa do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, inciso XI do R-100, aprovado pelo Decreto nº 18.445 de 15/04/77, e previstas no artigo 32, inciso I e XI, do Regulamento da Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social (R-125), aprovado pela Resolução nº 4.209/2012, e em conformidade com o art.289 da Constituição Estadual c/c art. 10 da Lei nº 10.254, de 20/Jul/90 e CONSIDERANDO QUE:

I – aporou na Seção de Recursos Humanos do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais (P1-CTPM), mensagem encaminhada via Painel Administrativo (PA) Intranet PM de protocolo nº 202007026043977-2007, oriunda do Centro de Gestão Documental (CGDOC), solicitando a confecção de Certidão de Inteiro Teor (CIT) e o encaminhamento da pasta funcional àquele Centro do nº 137.883-5 PEB Warley Anderson Ferreira dos Santos, servidor ex-efetivo pela Lei Complementar nº 100/07, para fins de confecção de Certidão de Tempo de Contribuição;

II – ao realizar auditoria no Sistema Informatizado de Recursos Humanos (SIRH) verificou-se a existência do lançamento de um período de trabalho compreendido entre 01/02/2006 a 31/12/2006, porém não foi localizada na pasta funcional, documentação alusiva a esta situação e sua respectiva publicação;

III – a P1-CTPM, por intermédio da mensagem PA de protocolo nº 202008027578438-2008, solicitou informações junto a Seção de Microfilmagem de Documentos do CGDOC, acerca da existência de demonstrativos de pagamento que comprovassem o vínculo do período lançado no SIRH;

IV – O CGDOC encaminhou cópia dos demonstrativos de pagamento dos meses de fevereiro/2006 a dezembro/2006, comprovando que o ex-servidor efetivamente recebeu salários pelo período, ora trabalhado.

V – Em análise ao caso em comento, a Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social (DEEAS), conforme mensagem via PA nº 202010029779466-2010, firmou entendimento de que embora não tenha sido localizado contrato formal por escrito na pasta do ex-servidor, este efetivamente laborou no período de 01/02/2006 a 31/12/2006, fato corroborado pelos demonstrativos de pagamentos emitidos.

VI – Torna-se necessária a formalização do vínculo contratual para fins de contagem de tempo e a regularização da situação do ex-servidor.

RESOLVE:

1) reconhecer o vínculo contratual no período de 01/02/2006 a 31/12/2006 entre o Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais e o nº 137.883-5 PEB Warley Anderson Ferreira dos Santos.

2) Determinar à P1-CTPM:

a) Adotar as medidas administrativas para publicação deste Despacho Administrativo no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e cientificação formal ao requerente;

b) confeccionar a Certidão de Inteiro Teor (CIT) e encaminhar à Seção de Pessoal Civil (SPC/CAP);

c) arquivar este Ato na pasta funcional do ex-servidor civil.

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2020.

SILMA REGINA GOMES DA ROCHA OLIVEIRA, TEN CEL PM

DIRETORA ADMINISTRATIVA - CTPM/BH

24 1421578 - 1

ATOS DO COMANDANTE DO 10º BPM
CONCEDE LICENÇA GESTANTE, pelo período de 180 dias, nos termos do art.7, inciso XVIII, da CF/1988, c/c o §2º do art. 2º da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao n 165.826-9, KÊNIA MÁXIMO SILVA, a partir de 18/10/2020.

ATOS DO COMANDANTE DO 34º BPM
CONCEDE LICENÇA GESTANTE, pelo período de 180 dias, nos termos do art.7, inciso XVIII, da CF/1988, c/c o §2º do art. 2º da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao n 165.289-0, THAISA ALANA DA SILVA DAMAS, a partir de 04/11/2020.

24 1421833 - 1

OITAVA REGIÃO DE POLÍCIA MILITAR

PORTARIA Nº 116663/2020 – PSC/EM/8º RPM

Anexos: - Cópia da ata do dia 03/08/2020 do CTPM/GV; - 01 mídia de DVD;

O MAJOR PM CHEFE DO ESTADO MAIOR DA OITAVA REGIÃO DE POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições previstas nos artigos 218 e 219 da Lei Estadual n. 869, de 05/07/1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais) c/c os artigos 15 e 16, inciso IV, da Resolução n. 4.289 de 13/01/2014, que estabelece regras gerais de conduta para o servidor público civil da PMMG e fixa parâmetros para o exercício de suas funções na Instituição, e 1 CONSIDERANDO QUE :

1.1 Chegou ao conhecimento desta autoridade, através da documentação anexa, que a servidora civil, n. 161.023-7, Professora Mislane de Carvalho Soares, lotada no CTPM/GV, em conversa com uma aluna daquele educandário, teria agido com indisciplinação, ao tratar da rotina da escola com a referida aluna; faltado com o respeito, ao referir-se às funcionárias da escola, utilizando-se de palavras chulas e termos pejorativos; sido desleal para com os princípios e valores institucionais, ao criticar atos da Administração;

1.2 Diante dos fatos, faz-se necessária a instauração do competente Processo Administrativo Disciplinar nos termos do artigo 220, alínea “b” da Lei Estadual n. 869/52, para elucidação e para subsidiar a autoridade competente na tomada de decisão;

1.3 O Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento pelo qual a Administração Pública apura a responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, sendo-lhe assegurados, com supedâneo na Constituição Federal, art. 5º, inciso LV, a ampla defesa e o contraditório, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito;

1.4 A conduta da servidora, se devidamente comprovada, amolda-se, em tese, a falta de cumprimento dos deveres previstos no art. 216, incisos III, IV e V da Lei 869/52 (discricção; urbanidade; lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servir) c/c o artigo 8º, inciso III da Resolução 4289/14 (usar palavras que atentem contra as normas da boa educação e correção de atitudes) e o previsto no art. 172, VIII (respeitar alunos, colegas, autoridades do ensino e funcionários administrativos, de forma compatível com a missão de educador) c/c o art. 173, I (o não cumprimento dos deveres enumerados no artigo anterior) e IV (o ato que resulte em exemplo deseducativo para o aluno), todos da Lei 7109/77, sem prejuízo do aforamento de outras condutas antiéticas no decorrer do processo que, de igual modo, deverão ser exaustivamente apuradas e aprofundadas pela Comissão;

2 RESOLVE:

2.1 Com fulcro no artigo 218 c/c artigo 220, alínea “b”, ambos da Lei Estadual n.º 869, de 05 de julho de 1952, instaurar Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em face da funcionária civil, n. 161.023-7, Professora Mislane de Carvalho Soares, pelo motivo e fundamento acima descritos, delegando, para este fim, as atribuições que lhe competem;

2.2 Designar a Comissão Processante, para a qual ficam nomeados os seguintes membros:
125.399-6 1ºTen PM Marcos Flavio Nunes Coutinho EM/8º RPM Presidente
135.891-0 2º Sgt PM Mônica Silva Melo de Carvalho EM/8º RPM Vogal
121.728-0 3º Sgt PM Luiz Teixeira Silva Júnior EM/8º RPM Secretário

2.3 Determinar à Subcorregedoria o efetivo lançamento dos atos processuais no SICOR, bem como controle dos prazos legais;

2.4 Publicar em Boletim Interno (BI-AR) e o Extrato do Ato de Instauração no Diário Oficial do Executivo;

2.5 Recomendar à Comissão Processante atenção aos dispositivos legais que regulam sobre Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de funcionários públicos civis, previstos na Lei 869/52;

2.6 Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

8º RPM em Governador Valadares, 23 de novembro de 2020.

LUCIOVANE BATISTA LOPES, MAJOR PM
CHEFE DO EM/8º RPM

24 1421746 - 1

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: Wagner Pinto de Souza

Expediente

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 243.532/2017.

Acusados:
Hugo Leonardo Magalhães Florentino, Investigador de Polícia, Nível II, Masp 1.174.108-9.

Arthur Fernandez Teixeira, Investigador de Polícia, Nível I, Masp 1.256.414-2.

Transgressões Disciplinares: Artigo 144, inciso III c/c artigo 149; artigo 150, incisos XXIII e XXXIV artigo 158, inciso II e artigo 159, incisos II, VIII e IX, todos da Lei Estadual nº 5.406/69.

O Corregedor-Geral de Polícia Civil tendo em vista a conclusão do Processo Administrativo em epígrafe, acolheu a proposição da Comissão Processante e considerou os acusados responsáveis pela prática da transgressão disciplinar imputada, cuja natureza é grave, qual seja a descrita no artigo 144, inciso III c/c artigo 149; artigo 150, incisos XXIII e XXXIV, artigo 158, inciso II e artigo 159, inciso VII, deixando de sopesar as transgressões descritas nos incisos II e IX do artigo 159, todos da Lei Estadual nº 5.406/69. Propondo, assim, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, em face da competência prevista no inciso I, do art. 161, c/c o inciso IV, do art. 154; e art. 190, todos da Lei Estadual nº 5.406/69, a aplicação da pena de DEMISSÃO.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2020.

Luiz Carlos Ferreira
Delegado Geral de Polícia
Corregedor-Geral de Polícia Civil

24 1421911 - 1

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR CHEFE DA
POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS.

RESOLUÇÃO Nº 8.151, 24 DE NOVEMBRO DE 2020.

Constitui Comissão Especial de Inventário para cumprimento das diretrizes decorrentes do Encerramento do Exercício Financeiro de 2020. O Chefe Da Polícia Civil de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e tendo em vista o artigo 3º do Decreto nº 48.080 de 11/11/2020.

Resolve:

Art. 1º Fica constituída Comissão Especial encarregada de promover levantamento completo referente aos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria, dos materiais em almoxarifados ou em outras unidades similares, bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e/ou recebidos em cessão, bens imóveis que são objeto de registro no Ativo, e das obrigações constantes dos grupos do Passivo Circulante e Não Circulante da Polícia Civil de Minas Gerais, para o Encerramento do Exercício Financeiro de 2020.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo anterior será presidida pela servidora Verlane Andrioni de Assis, MASP 1.060.879-2 e composta dos seguintes servidores:

I – Equipe de Material Permanente:
Elmo Rodrigues Rosa - MASP 342.092-4; Alexandre de Paula - MASP 346.177-9; Adenauer Vilas Boas Cândido - MASP 1.364.892-8; Rodnei Oliveira dos Santos - MASP 1.452.899-6; Renato Ciriaco Cristo MASP 904.551-9; André Luiz da Silva - MASP 906.632-5.

II – Equipe de Material de Consumo:
Daiana Silva Caetano MASP 1.256.840-8; Flávia Alessandra Silva de Novais – MASP 1.256.244-3; Leandro Pellizzaro Lima - MASP: 1.361.200-7; Miguel Inácio, Masp 281.021-6;

III – Equipe de Bens Imóveis:
Anna Paula Vieira Souza - MASP 343.736-5; Eleazar Martins Campos - MASP 372.495-2; Júlio César Nogueira Zordan - MASP 294.951-9.

IV – Equipe de Valores em Tesouraria, Passivo Circulante e Não Circulante; Euler Bertozzi Deschamps de Moura - MASP 294.538-4; Cirilo Dias da Costa – MASP 1.356.668-2.

Art. 3º A Comissão deverá ser assistida em suas funções pelos servidores das unidades da Polícia Civil.

§ 1º Na circunscrição das Delegacias regionais, o Centro de Processamento de Despesas (CPD) emitirá relatório de inventário, atestada a sua exatidão pelo Titular da respectiva unidade, e no caso de apuração de divergências, o relatório de ajustes.

§ 2º O atendimento ao disposto no § 1º observará a data limite de 30 de novembro de 2020 e deverá ser encaminhado mediante comunicação formal à Comissão Especial de Inventário Exercício 2020 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão iniciar-se-ão a partir da publicação desta resolução, devendo encerrar-se até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 5º Fica delegada competência ao Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças para, por meio de portaria, disciplinar as ações da Comissão Especial ora constituída, bem como convocar servidores desta Pasta para auxiliar na elaboração dos levantamentos necessários.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2020.

Wagner Pinto de Souza

Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais